

Apraz-me também registar o seu superior desempenho no seio do SRB, em que demonstrou um excelente poder de análise das situações e grande espírito de iniciativa, materializados em pareceres e propostas de posições nacionais em matérias tão relevantes como a racionalização da partilha de *cost-shares* para os orçamentos da Aliança, a revisão dos critérios de elegibilidade para o financiamento comum e, entre outras, a aprovação da «Capability Package 9B5052» que inclui projectos de interesse militar na área de Tancos/Santa Margarida.

O coronel Vieira Marques é um militar leal, sensato e coerente nas suas atitudes, que sabe pautar toda a sua acção pelo rigor, pela qualidade e pela oportunidade, pelo que é muito grato ao Ministro da Defesa Nacional reconhecer publicamente o elevado nível do seu desempenho e as excelentes qualidades pessoais e profissionais que, comprovadamente, demonstrou e considerar os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e muito distintos, dos quais resultaram honra e lustre para a defesa nacional e para o País.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 16.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos de prata ao coronel NAV Armando António Boavista Vieira Marques.

19 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 224/2006 (2.ª série). — Louvo o tenente-coronel de infantaria (NIM 11063282) António Martins Pereira pela forma altamente competente, relevante e distinta como desempenhou as funções de representante do director nacional de Armamento junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE) ao longo de cerca de três anos.

O tenente-coronel Martins Pereira é um oficial de vincada personalidade, íntegro e muito legal, que sempre pautou a sua acção pela defesa do interesse nacional, em estreita consonância com as orientações superiormente definidas, demonstrando grande inteligência, extraordinário bom senso e sentido de responsabilidade na gestão dos sensíveis e complexos temas das agendas da Conferência dos Directores Nacionais de Armamento da OTAN (CNAD) e das reuniões informais dos directores nacionais de armamento da UE.

Os profundos conhecimentos que possui sobre a OTAN e a UE, particularmente quanto à sua organização e modo de funcionamento, levaram a que fosse chamado a acompanhar de perto alguns dos programas mais importantes da CNAD, designadamente o «Theater Missile Defense» e o «Alliance Ground Surveillance», bem como o processo de criação da Agência Europeia de Defesa. A atenção que dedicou a estes programas foi muito apreciada pela lucidez dos seus comentários, rigor de análise, pertinência e pragmatismo dos pareceres que lhe foram sendo solicitados e que muito contribuíram para fundamentar o processo nacional de tomada de decisão.

Para além da OTAN e UE, assegurou ainda a representação nacional no *staff group* do Western European Armaments Group (WEAG), até Maio de 2005, onde colaborou de forma sistemática e empenhada, na preparação das reuniões dos directores nacionais de armamento e dos ministros de defesa do WEAG, colocando grande dinamismo e determinação na defesa das posições nacionais definidas.

A forma natural como consegue estabelecer sãs relações pessoais, facilitou a sua perfeita integração no ambiente internacional em que viveu, onde granjeou a maior estima e consideração de todos os que com ele privaram. A notoriedade que adquiriu entre os seus pares foi extremamente importante no plano bilateral por ter contribuído para estreitar os laços de amizade e cooperação entre a DGAED e as suas congéneres dos países aliados.

O alto nível de desempenho demonstrado pelo tenente-coronel Martins Pereira nas variadíssimas e importantes funções que lhe foram cometidas só foi possível graças à sua extraordinária capacidade de organização e exemplar dedicação ao serviço, a par de irrepreensível sentido de cooperação, capacidade de iniciativa e inequívoca lealdade, que sempre colocou na sua articulação com a Direcção de Serviços de Cooperação Internacional da Direcção-Geral de Armamento e com o próprio director nacional de Armamento.

Pelas razões atrás expostas, apraz-me manifestar o meu reconhecimento público pelas qualidades militares e humanas do tenente-coronel Martins Pereira, sendo de inteira justiça considerar os serviços por si prestados extraordinários, relevantes e distintíssimos, dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 16.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de

Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos de prata ao tenente-coronel de infantaria (NIM 11063282) António Martins Pereira.

19 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 225/2006 (2.ª série). — Louvo o tenente-coronel piloto aviador NIP 039613-D, José Alberto Figueiro da Mata, pela forma altamente competente, relevante e distinta como desempenhou as funções de conselheiro militar na Delegação de Portugal junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no período compreendido entre 1 de Outubro de 2002 e 30 de Setembro de 2005.

Estando-lhe cometida, entre outras, a responsabilidade de assegurar a representação nacional no «NATO Air Defence Committee» (NADC), área onde o vector aéreo assume especial importância, o tenente-coronel Figueiro da Mata revelou um apurado sentido da responsabilidade e um elevado espírito de missão, conhecimentos técnico-profissionais de excelente qualidade e uma atitude determinada, dinâmica e equilibrada, o que permitiu encontrar argumentação e soluções em prol dos interesses nacionais.

Apraz-me registar o seu superior desempenho no Programa ACCS (Air Command & Control System), em que demonstrou um excelente poder de análise das situações e grande espírito de iniciativa, materializados em pareceres e propostas de posições nacionais que contribuíram para a defesa dos interesses nacionais na NATO ACCS Management Organisation (NACMO), e na NATO ACCS Management Agency (NACMA), designadamente nas posições assumidas sobre os IPR (*Industrial property rights*) do Programa e na elaboração do ARP (*ACCS rolling plan*).

Saliento a eficiência do seu desempenho como representante nacional no *NATO Committee for Standardization* (NCS) e nos grupos de trabalho coordenados pela NSA (*NATO Standardization Agency*), onde colaborou de uma forma sistemática e empenhada, colocando grande dinamismo e determinação nas posições a defender.

As qualidades intelectuais e conhecimentos técnicos do tenente-coronel Figueiro da Mata, aliados a um vincado espírito de missão, manifestaram-se numa dedicação profissional sem reservas, na eficaz promoção do interesse nacional nas áreas da sua competência e num espírito de enorme simpatia e entreadada, os quais lhe granjearam o respeito e amizade de todos quantos consigo contactaram, dentro e fora de Delegação de Portugal junto da OTAN.

Pelas razões atrás expostas, é muito grato ao Ministro da Defesa Nacional reconhecer publicamente o elevado nível de desempenho do tenente-coronel Figueiro da Mata e as excelentes qualidades pessoais e profissionais que comprovadamente demonstrou e considerar os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e muito distintos, dos quais resultaram honra e lustre para a Defesa Nacional e para o País.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 16.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos de prata ao tenente-coronel piloto aviador NIP 039613-D, José Alberto Figueiro da Mata.

19 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 226/2006 (2.ª série). — Louvo o tenente-coronel TINF (NIP 018512-E) José Manuel da Silva Moreira Rato pelo incedível profissionalismo, elevada competência e invulgar dedicação revelados ao longo de cinco anos em que desempenhou funções na Inspeção-Geral da Defesa Nacional como chefe do Núcleo de Informática (NI) da Direcção do Serviço de Estudos, Planeamento e Apoio Técnico (DSEPAT).

Detentor de sólidos conhecimentos na área das modernas tecnologias de informação e de comunicação, empenhou-se de forma altamente competente e eficaz no desenvolvimento do apoio informático às actividades inspectivas.

O seu saber, experiência, dedicação ao serviço e capacidade de organização ficaram bem patentes nos sucessivos planos directores de informática que com grande realismo, objectividade e sentido de eficiência produziu, e que têm permitido equipar a IGDN de uma forma racional, perfeitamente actualizada e adaptável às suas crescentes necessidades de planeamento, informação e gestão. De relevar também a sua actuação em representação da IGDN, em parceria com a Secretaria-Geral do MDN assegurando com elevada competência e discrição a modernização dos sistemas e tecnologias da informação dos OSC do MDN.

Mais recentemente e evidenciando total disponibilidade para o serviço, voluntariou-se para integrar as equipas de inspecção da Inspeção de Análise de Programas e Sistemas, face à carência de efectivos do corpo inspectivo, tendo, também, nessa função, demonstrado um

apurado sentido de trabalho em grupo e as excelentes qualidades pessoais e profissionais que o distinguem como um digno oficial e confirmam anteriores referências.

Aliando às qualidades referidas uma afabilidade natural e uma excepcional capacidade de relacionamento humano, o tenente-coronel Moreira Rato assegurou, com qualidade, a execução das actividades a seu cargo fomentando a coesão e a competência profissional do grupo que dirigiu, numa área em permanente mutação como é a de informática.

As excelentes qualidades de trabalho, competência técnica e dedicação, a elevada noção da responsabilidade e o muito bom senso demonstrados, a sua integridade de carácter, coragem moral e lealdade por que pautou, em várias circunstâncias, o seu comportamento e a disponibilidade, inteligência e ponderação com que sempre encarou os desafios que lhe foram colocados, caracterizam, com distinção, o perfil, pessoal e profissional do tenente-coronel Moreira Rato.

Por todos estes motivos o tenente-coronel José Manuel da Silva Moreira Rato, ao cessar funções, é credor deste público louvor e os serviços por si prestados, dos quais resultaram lustre e honra para as Forças Armadas e também para a IGDN, devem ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 16.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos de prata ao tenente-coronel José Manuel da Silva Moreira Rato.

22 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 227/2006 (2.ª série). — Ao fim de 38 meses em que desempenhou as funções de encarregado do Centro de Mensagens do Ministério da Defesa Nacional, vai o 60868, sargento-mor SE Eliseu dos Santos, destacado para passar à situação de reserva.

Durante este período, demonstrou o sargento-mor SE Eliseu dos Santos ser um militar dotado de grande firmeza de carácter, dinamismo e disponibilidade, patenteando as suas qualidades profissionais pela forma inteligente como avaliou e solucionou as situações com que foi confrontado.

Tendo percorrido uma carreira militar muito diversificada de mais de 37 anos, cumpriu várias comissões, tanto em terra como no mar, tendo embarcado em quase todas as classes de navios da Marinha Portuguesa por onde passou, quer como praça, como posteriormente já sargento.

Destaque justo e merecido para a comissão de embarque cumprida em 1995-1996, durante a qual fez parte do *staff* nacional do primeiro comando português da força naval permanente da Nato, STANAV-FORLANT, em que desempenhou as funções de «Staff Chief Communications Yeoman».

O sargento Eliseu dos Santos foi depois colocado no Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN), tendo colaborado em vários exercícios de treino no porto na sua área de especialidade e feito parte do *staff* de todos os exercícios navais que tiveram lugar durante esse período em águas nacionais, transmitindo a sua experiência e saber às gerações mais jovens.

A qualidade da prestação do sargento-mor SE Eliseu dos Santos, designadamente durante os últimos 10 meses, pôs em evidência as suas qualidades técnicas, profissionais e humanas, tendo praticado de forma muito consistente uma atitude de lealdade e revelando ainda, no seu relacionamento, uma grande frontalidade e franqueza, conseguindo desta forma granjear o respeito e admiração dos seus inferiores e a consideração e apreço dos superiores hierárquicos, confirmando os registos anteriores da sua folha de serviços, que nesta oportunidade é de elementar justiça referir e dar público conhecimento.

Considerando o extraordinário desempenho, elevada competência demonstrada no âmbito técnico-profissional e relevantes qualidades pessoais evidenciadas pelo sargento-mor SE Eliseu dos Santos, considero que da sua acção resultou um contributo significativo para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Marinha e do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º e atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º, ambos do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional de 3.ª classe ao sargento-mor SE Eliseu dos Santos.

22 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 895/2006 (2.ª série). — 1 — Nomeio, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro, sob proposta, respectivamente, dos Chefes de Estado-Maior do Exér-

cito, da Marinha e da Força Aérea, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, como subdirectores do Instituto de Estudos Superiores Militares o major-general Aníbal José Rocha Ferreira da Silva, o contra-almirante Álvaro Sabino Guerreiro e o coronel tirocinado piloto-aviador Rui Mora de Oliveira.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Outubro de 2005.

18 de Outubro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 896/2006 (2.ª série). — 1 — Nomeio, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, o tenente-general José Luís Pinto Ramalho director do Instituto de Estudos Superiores Militares.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Outubro de 2005.

18 de Outubro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 897/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de director de serviços de Recrutamento Militar da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, lugar criado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2002, de 5 de Fevereiro, o tenente-coronel César Luís Henriques dos Reis, com efeitos a 19 de Dezembro de 2005.

Nota curricular

César Luís Henriques dos Reis.
Licenciatura em Ciências Militares.
Pós-graduação em Estratégia.
Comandante de pelotão e instrutor dos cursos de formação de oficiais milicianos e de sargentos milicianos na Escola Prática de Artilharia, de 2 de Abril de 1990 a 4 de Janeiro de 1991.
Comandante interino da 1.ª Bateria de Instrução na escola Prática de Artilharia, de 12 de Novembro a 11 de Dezembro de 1990.
Chefe da Secção de Tiro de Artilharia de Campanha e instrutor e oficial de Controlo do Polígono de Tiro na Escola Prática de Artilharia, de 31 de Agosto de 1992 a 1 de Fevereiro de 1994.
Comandante da Bateria de Comando e Serviços e oficial de reabastecimento do Grupo de Artilharia Antiaérea no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, de 27 de Setembro de 1994 a 21 de Março de 1995.
Oficial de operações, informações e relações públicas no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, de 1 de Abril a 1 de Maio de 1995.
Adjunto da Repartição de Administração Escolar e chefe da Secção de Recrutamento e Admissão na Academia Militar, de 1 de Julho de 1996 a 30 de Setembro de 1998.
Secretário da Comissão de Recrutamento e Admissão na Academia Militar, de 1 de Julho de 1996 a 30 de Setembro de 1998.
Professor-adjunto na Academia Militar, entre 1994 e 1998.
Comandante da Companhia de Comando na Academia Militar, de 1 de Abril de 1997 a 8 de Setembro de 1998.
Adjunto da Repartição de Logística no Governo Militar de Lisboa, de 30 de Setembro de 1998 a 13 de Julho de 2000.
Adjunto da Divisão de Recrutamento e Efectivos Militares na Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, de 14 de Julho de 2000 a 3 de Dezembro de 2003.
Chefe de Divisão de Recrutamento e Efectivos Militares, em comissão de serviço, na Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

27 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

MARINHA

Direcção-Geral da Autoridade Marítima

Comando-Geral da Polícia Marítima

Despacho (extracto) n.º 898/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Dezembro de 2005 do vice-almirante comandante-geral da Polícia Marítima, o 1.º vogal efectivo do concurso de acesso a agente